



SIBS Partner
in Payments

Relatório & Contas

SIBS Pagamentos

2025

ÍNDICE

- I.** Situação Institucional
- II.** Relatório de Atividade
- III.** Demonstrações Financeiras
- IV.** Relatório e Parecer do Fiscal Único
- V.** Certificação Legal das Contas
- VI.** Relatório de Avaliação do Fiscal Único

I. | SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

Capital Social

Órgãos Sociais

SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

Capital Social

O capital social da SIBS Pagamentos é totalmente detido pela SIBS SGPS, S.A.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	João Franco do Carmo
Secretário	Inês Grilo

Conselho de Administração

Presidente	Hélder Pereira Neves
Vogais	Ricardo Madeira
	Teresa Mesquita
	Rui Mendonça Lima

Fiscal Único

Efetivo	Rita Franco
Suplente	António Reis

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva

II. | RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Enquadramento de mercado

Atividade da SIBS Pagamentos em 2025

Análise Financeira

Perspetivas para 2026

Futuro SIBS Pagamentos

Considerações Finais

PM

PM

PM

ENQUADRAMENTO DE MERCADO

A SIBS Pagamentos opera no setor de pagamentos eletrónicos, que tem passado por um período de profunda transformação tecnológica a nível global, fortemente impulsionada pelo contínuo aumento da população bancarizada e com acesso a meios de pagamento digitais, como também, por alterações nas preferências dos consumidores quanto aos seus hábitos de consumo e de pagamento. Paralelamente, as mudanças regulatórias têm sido, também, um motor de desenvolvimento do setor, desempenhando um papel relevante na promoção da inovação e segurança.

Adicionalmente, é crucial reconhecer que a evolução do negócio está também intrinsecamente associada ao crescimento económico dos diferentes países, uma vez que os pagamentos refletem diretamente as decisões de consumo dos diferentes agentes económicos. Uma atividade económica robusta nos mercados-chave traduz-se num maior consumo, que se reflete num maior volume de transações. Assim, os níveis de consumo individual, empresarial e governamental, espelhados na evolução do Produto Interno Bruto, continuam a ser indicadores fundamentais para perspetivar o crescimento da atividade da SIBS Pagamentos.

PANORAMA MACROECONÓMICO

A volatilidade no panorama internacional constitui um desafio para a SIBS Pagamentos dada a sua repercussão na atividade económica global e também nacional, exigindo uma contínua monitorização estratégica.

Em 2025, o cenário macroeconómico mundial permaneceu fortemente condicionado por desafios geopolíticos e riscos em torno da evolução da economia mundial, que conferiram um elevado grau de incerteza e se refletiram nos fluxos comerciais, nos preços das matérias-primas e na volatilidade dos mercados financeiros. Esta conjuntura impactou a confiança dos consumidores e das empresas, suscitando preocupações sobre a fragmentação da economia mundial, enquanto reforçou a necessidade de políticas económicas coordenadas e de estratégias empresariais orientadas para a resiliência.

Como fator contribuidor para a incerteza, manteve-se o conflito militar na Ucrânia, cujos esforços diplomáticos e sucessivas tentativas de negociação, não se concretizaram num cessar-fogo duradouro. Paralelamente, o conflito no Médio Oriente, com a guerra entre o Estado de Israel e o Hamas, continuou a condicionar a economia global, afetando o comércio e cadeias de abastecimento, com implicações mais diretas no setor da energia. Este conflito alastrou-se a outras zonas, com Israel a lançar uma ofensiva militar contra o Irão. Adicionalmente, surgiram novos focos de tensão. Na sequência das eleições presidenciais nos EUA, assinalou-se o regresso ao protecionismo, traduzido em medidas centradas no mercado interno, como a imposição de direitos aduaneiros e o aumento de tarifas alfandegárias sobre importações, que contribuíram para a deterioração das relações internacionais. Esta mudança de paradigma, obrigou as restantes economias

mundiais, sobretudo as europeias, a adaptarem-se a uma política externa mais isolacionista. Simultaneamente, também se verificou um crescente nas hostilidades americanas contra o governo da Venezuela, com deportações, ataques militares contra embarcações e o encerramento do espaço aéreo venezuelano.

Assim, a nível global, a multiplicação de pontos de tensão motivou a redefinição das prioridades estratégicas em matérias de defesa, segurança e transição energética, com reforço de presença militar e imposição de aumento de orçamentos de defesa.

O indicador global de incerteza das políticas económicas atingiu valores próximos dos máximos históricos no início de 2025, constando num fator limitador para o crescimento da atividade mundial. Porém, neste contexto internacional conturbado, a economia mundial manteve um desempenho resiliente, apesar da conjuntura potencialmente desestabilizadora. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹ indicam que o crescimento global da economia se manteve com um dinamismo semelhante ao do ano anterior, situando-se em cerca de 3,3%, em 2025, permanecendo ainda aquém dos níveis registados pré-pandemia (média de 3,7% entre 2000 e 2019). O comércio mundial não sofreu um impacto significativo, mantendo um crescimento de cerca de 4%, beneficiando de nichos específicos (tecnologia/IA) que compensaram a perda de dinamismo noutros bens, resultado que reforça a capacidade de adaptação da economia global perante um contexto adverso. Quanto à inflação global, a tendência de abrandamento manteve-se em 2025, com a inflação a atingir os 4,1%, tendo vindo a reduzir desde 2022, mas ainda acima das metas dos bancos centrais, num contexto em que episódios de volatilidade associada a choques geopolíticos e climáticos continuaram a representar riscos em alta para os preços.

Na Europa, as alterações políticas e a instabilidade de 2024 nas principais economias europeias transpuseram-se para 2025. Na Alemanha, as eleições antecipadas no início de 2025 levaram à formação de uma nova coligação, cujo objetivo é a restauração da confiança e revitalização industrial. No entanto, este cenário foi agravado pelas repercussões da eleição nos EUA no comércio internacional e a crescente pressão para aumento dos gastos em defesa, cujos efeitos se estendem à Europa no seu todo. Em França, a moção de censura aprovada em dezembro de 2024, contribuiu para a queda do executivo francês, à qual se seguiu a nomeação sucessiva de vários governos minoritários ao longo de 2025, nomeados num período marcado por protestos sociais e dificuldades em assegurar maiorias parlamentares. Vistas como o "motor" da UE, as crises na Alemanha e em França aliadas às políticas protecionistas dos EUA, têm condicionado o crescimento económico e contribuindo para maior prudência no investimento para os demais estados-membros.

Desta forma, na Zona Euro, após uma queda significativa de 2022 para 2023 (3,3% para 0,4%) e moderado crescimento em 2024 (0,9%), o PIB manteve a tendência de crescimento, atingindo 1,4% em 2025, verificando-se uma tendência semelhante no conjunto dos países da UE, onde o crescimento do PIB rondou os 1,5%, face aos 1,2% em

¹ Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Update, January 2025 | Global Growth: Divergent and Uncertain*

2024. Quanto à inflação², verificou-se a tendência de desaceleração progressiva da mesma, onde a redução bastante expressiva, de 6,0% em 2023 para 2,2% em 2025, atingindo valores próximos do objetivo do Banco Central Europeu (BCE), de 2,0%, após o pico provocado pelo choque energético e pelas perturbações nas cadeias de abastecimento associadas à guerra na Ucrânia.

Mudando o foco para Portugal, apesar do enquadramento internacional exigente, manteve-se a estabilidade económica, beneficiando do alívio gradual das condições financeiras, de uma política orçamental globalmente prudente e das transferências líquidas da União Europeia. As subvenções associadas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) continuaram a apoiar o investimento público e privado, contribuindo para sustentar a atividade económica e mitigar o impacto da incerteza sobre o consumo e investimento. A redução do grau de restritividade da política monetária do Banco Central Europeu reforçou o papel da política orçamental na preservação da estabilidade macroeconómica. Embora o aumento das despesas com defesa e apoios sociais pressione as contas públicas, a combinação de disciplina orçamental e utilização de fundos europeus contribuiu para limitar riscos imediatos de desequilíbrio macroeconómico.

Como consequência deste panorama, segundo os dados mais recentes do Banco de Portugal³, a atividade económica perdeu algum dinamismo, no entanto, continua com uma trajetória positiva de crescimento equilibrado de 2,0%, em linha com o verificado em 2024. O abrandamento é, de forma mais relevante, causado pela queda mais expressiva das exportações (de 3,1% em 2024 para 1,1%), aliado ao aumento das importações (de 4,8% para 5,3%), podendo indicar uma fragilização da resiliência do comércio português, num quadro de turbulência das trocas comerciais globais. Assim, as exportações portuguesas não acompanharam o dinamismo da procura externa, em contraste com o desempenho favorável dos últimos anos, refletindo o aumento das barreiras aduaneiras e a consequente reconfiguração do comércio mundial, ao qual se juntam pressões sobre a competitividade-preço. Contudo, as exportações de serviços têm-se mostrado relativamente resilientes, ganhando quota nos serviços com maior incorporação de tecnologia e conhecimento, mostrando que as empresas portuguesas estão a tornar-se mais competitivas. Em direção contrária, o crescimento foi positivamente impulsionado pelo crescimento do consumo privado (3,6%) e pelo dinamismo evidente da procura interna, que atingiu os 4,0% face aos 2,9% de 2024. Apesar do enquadramento externo complexo, as pressões inflacionistas externas mantiveram-se moderadas, com a taxa média de inflação a atingir 2,2%, tenuemente inferior aos 2,7% de 2024. O PIB per capita (em PPC) situou-se em 49,8 mil, em 2025, representando 77% do valor da média da UE, dados do FMI⁴.

Na Polónia, o panorama continuou conturbado após o resultado das eleições presidenciais de junho de 2025, num desfecho que representa uma inversão face às sondagens e que cria desafios à governação da coligação no executivo. Este resultado,

² Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook, October 2025: Global Economy in Flux, Prospects Remain Dim*

³ Banco de Portugal, *Boletim Económico — dezembro 2025*

⁴ Fundo Monetário Internacional, *Data Explorer*

vem prolongar um período de forte polarização sociopolítica, derivada do desalinhamento entre a Presidência e o Governo. Sem uma maioria de três quintos no Parlamento, a coligação governamental continua com margem limitada para ultrapassar vetos presidenciais. Esta dinâmica torna mais complexa a aplicação da agenda legislativa e o esforço da integração europeia, com potenciais implicações na estabilidade política e económica.

Ainda assim, após a vigorosa desaceleração sentida em 2023 (0,1%), e consequente recuperação em 2024 (3,2%), o nível de crescimento económico da economia polaca em 2025 manteve-se estável, atingindo os 3,2%, segundo os dados mais recentes da Comissão Europeia (CE)⁵. O Consumo Privado constituiu o principal motor do crescimento, atingindo os 3,5%, impulsionado pelo aumento do rendimento disponível real, bem como ao crescimento do investimento em 3,7%, estimulado por fundos europeus e pelo investimento público. A inflação voltou a reduzir o seu crescimento, para os 3,4%, depois de já ter registado uma descida significativa em 2024, após os valores elevados de 2022 e 2023 (13,2% e 10,9%, respetivamente). Segundo os dados do FMI⁶, o PIB per capita (em PPC) da economia polaca em 2025 ficou acima do português, representando 83% da média da UE.

Por sua vez, na Roménia, o ano de 2025 iniciou com a integração oficial do país no espaço Schengen, através da eliminação dos controlos nas fronteiras aéreas e marítimas, após dez anos de negociação. Esta adesão reforçou a liberdade de circulação de pessoas e bens, fazendo a Roménia agora parte do maior espaço de livre circulação do mundo. O ano foi marcado por forte instabilidade política e institucional, espoletada pela anulação dos resultados das eleições presidenciais de 2024 pelo Tribunal Constitucional, que originou uma crise política e levou à convocação de novas eleições presidenciais, num contexto de forte polarização. A contestada prorrogação do mandato presidencial culminou na sua demissão em fevereiro, antecedendo a repetição das eleições em maio que se realizou em duas voltas. O resultado das eleições assegurou o alinhamento do país com a UE e a NATO, embora o processo tenha evidenciado uma expressiva polarização da sociedade. Em paralelo, a Roménia continuou a enfrentar desafios estruturais críticos, incluindo a gestão da inflação, a dependência de fundos europeus, e a necessidade de modernização de infraestruturas, num contexto de forte emigração e desigualdades regionais persistentes, que colocam pressão adicional sobre a coesão económica e social do país.

Perante este contexto, 2025 trouxe uma desaceleração económica na Roménia, crescendo apenas 0,7% em 2025, de acordo com os dados mais recentes da CE⁶, na sequência de um ano de 2024 com crescimento ligeiramente superior de 0,9%. Esta desaceleração deveu-se à incerteza política e orçamental que levou a uma forte desaceleração no consumo privado, de 5,7% em 2024 para 0,7% e da procura doméstica, cujo crescimento abrandou de 3% para 1%. No entanto foi compensado pelo crescimento das exportações de 3,4% em 2025 face -2,5% de 2024, e pelo crescimento da formação bruta de capital fixo que registou 2,7% (comparado aos 2,5% negativos de 2024).

⁵ Comissão Europeia, *Economic forecast Autumn 2025 for Poland* | Economy and Finance

⁶ Comissão Europeia, *Economic forecast Autumn 2025 for Romania* | Economy and Finance

impulsionado pelo investimento resultante do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Após uma redução contínua desde 2022, a inflação registou uma aceleração no seu crescimento, atingido os 6,7%, depois dos 5,8% de 2024. Este crescimento é resultado da eliminação em julho do limite aos preços da eletricidade para os agregados familiares, juntamente com a subida do IVA e dos impostos especiais de consumo, que pressionou a inflação. O PIB per capita (em PPC) em 2025 situou-se a 75% do nível médio da União Europeia, obtendo um valor semelhante ao de Portugal, conforme as estatísticas do FMI⁴.

TENDÊNCIAS DE MERCADO

Enquadrado no panorama de pós-pandemia, o setor dos pagamentos encontra-se num período de transformação significativa, impulsionado pela substituição do numerário por meios digitais como cartões, pagamentos instantâneos e *wallets* digitais. Esta evolução resulta de uma combinação de fatores, incluindo a crescente digitalização dos consumidores, a adaptação contínua ao enquadramento regulatório e o reforço das tecnologias de segurança, que têm contribuído para aumentar a confiança nos meios eletrónicos, apesar do aumento das ameaças de fraude.

A adoção de pagamentos móveis e *contactless* continua a expandir-se, apoiada pela evolução das infraestruturas de pagamentos em tempo real e pela procura de soluções *omnichannel* mais rápidas e convenientes. Em paralelo, a identidade digital e as tecnologias biométricas assumem um papel central na verificação de identidade e na mitigação de riscos, simplificando processos e reduzindo a fraude. Os sistemas POS estão, também, a evoluir para soluções móveis e integradas, com maior capacidade analítica e ligação a plataformas *online*, embora persistam desafios relacionados com a interoperabilidade entre sistemas.

A nível global, observa-se uma tendência crescente de fragmentação e regionalização das infraestruturas de pagamento, motivada por fatores geopolíticos e pela procura de maior autonomia. Simultaneamente, os pagamentos transfronteiriços em tempo real estão a ganhar relevância, suportados por infraestruturas instantâneas, API de câmbio dinâmico e capacidades avançadas de gestão de risco. A utilização de inteligência artificial no comércio eletrónico está a introduzir agentes autónomos capazes de apoiar decisões de compra e otimizar processos de pagamento, com novas abordagens de autenticação e controlo de fraude.

Na Europa, iniciativas de interoperabilidade procuram reduzir a fragmentação entre mercados e reforçar a autonomia do ecossistema de pagamentos. As *stablecoins*, apoiadas por maior clareza regulatória e avanços tecnológicos, estão a emergir como alternativas eficientes para transações internacionais, especialmente em contextos de elevada volatilidade cambial.

A convergência entre inovação tecnológica, segurança, conveniência e responsabilidade ambiental está a redefinir o futuro dos pagamentos e a moldar um ecossistema mais ágil, seguro e sustentável. Deste modo, apesar do contexto desafiante, a SIBS Pagamentos continua a monitorizar estas tendências e trabalha ativamente sobre estas.

transformações, preservando o compromisso com a inovação e excelência, que regem a sua atividade, mantendo o objetivo de se consolidar como *player* relevante no mercado de aceitação de pagamentos em Portugal.



[Handwritten signatures]

ATIVIDADE SIBS PAGAMENTOS EM 2025

A SIBS Pagamentos, no âmbito da sua atividade de *Acquiring* em POS e ATM em diversos mercados europeus, como sejam Polónia, Roménia, França, Bélgica e Países Baixos, manteve no decorrer de 2025, o seu progressivo e sustentado crescimento, verificado já no ano anterior.

No contexto nacional, a SIBS Pagamentos investiu de forma significativa na vertente da segurança, apostando em soluções de antifraude e na autenticação de pagamentos, o que lhe permitiu reforçar a sua posição de *player* estratégico e relevante deste ecossistema económico, contribuindo desta forma para a forte competitividade do setor.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Acquiring ATM

No que respeita ao mercado nacional, a transformação tecnológica e crescente digitalização que se têm verificado nos últimos anos teve, como consequência, o decréscimo da importância dos ATM no dia-a-dia dos utilizadores, fazendo com que se verifique uma tendência de diminuição da frequência dos mesmos. Tendo isto em consideração, o volume das transações aceites em ATM da rede MULTIBANCO registou uma diminuição de -2%, totalizando 16 milhões. No caso da rede ATM Express, que conta já com mais de mil ATM, registou um crescimento de 8% nas transações face a 2024. No seu conjunto, a atividade em ATM em Portugal cresceu 2%, atingindo cerca de 26,6 milhões de transações.

No entanto, a expansão a nível internacional tem servido para fazer face à saturação no mercado doméstico. Assim, destaca-se que, à semelhança do ocorrido em 2024 em França, também na Bélgica foi disponibilizada a aceitação do Scheme MB na rede de Caixas Automáticas *cross-border*. Ainda na vertente de *Acquiring* em ATM, a SIBS Pagamentos posicionou-se como um *acquirer* de referência no mercado polaco, ao proliferar o seu parque de terminais nesta geografia. Assim, o negócio internacional registou um nível de crescimento muito elevado, cerca de 146%, somando um total de 4,6 milhões de transações em 2025.

Em resumo, juntando a atividade no mercado doméstico e internacional, a vertente de *Acquiring* em ATM registou um aumento de cerca de 12% no volume das transações, alavancado por estas novas geografias, somando mais de 31 milhões de operações e um aumento de 26% no valor transacionado.

Relativamente à evolução das operações com recurso ao serviço de *Dynamic Currency Conversion* (DCC), tanto o volume como o valor de operações diminuíram -8% face a 2024.

Figura 1
Operações com DCC
 Milhões de transações



Merchant Acquiring

Passando agora à componente do negócio de *Acquiring* em POS, 2025 foi o ano em que se registou o valor mais elevado em número e valor das transações em POS, tendo sido aceites 149,3 milhões operações, um crescimento de 31% face a 2024.

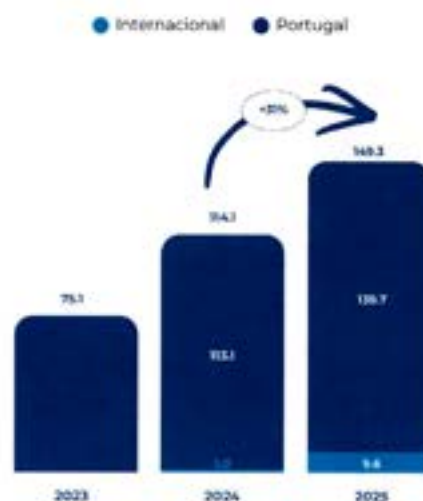
Em Portugal, mercado principal da SIBS Pagamentos, atingiu-se o valor mais elevado dos últimos anos, totalizando cerca de 140 milhões de transações, com o crescimento das transações a atingir os 23%, representando cerca de 94% do total das transações.

Já no *Acquiring* POS internacional, nos Países Baixos, o serviço de pagamento automático em portagens tornou-se um modelo de referência, permitindo deste modo que a SIBS Pagamentos, neste país, alargasse o seu universo de clientes na prestação deste tipo de serviço. Complementarmente, o negócio de aceitação de *ecommerce* na Polónia teve um incremento muito significativo na transacionalidade, possibilitando um crescimento na ordem dos três dígitos. Já na Roménia, o crescimento da atividade tem sido mais moderado e gradual, atendendo a que se apenas completou o primeiro ano de disponibilização deste serviço neste país. Assim, a vertente de negócio de *Acquiring* em POS no mercado internacional, registou níveis crescimento exponenciais, na casa dos 890%, totalizando mais 9,5 milhões de operações.

Figura 2

Operações de Acquiring em POS

Milhões de operações



Nos últimos anos, o crescimento da SIBS Pagamentos tem sido principalmente ancorado no crescimento das operações de compras físicas em POS e digitais. Além desta oferta de serviços e plataformas digitais, a atividade da SIBS Pagamentos também se estende à aceitação de pagamentos em portagens, não só para cartões de marca doméstica, como também para cartões de redes privadas, tais como os cartões de gasolinhas ou de frota, através do serviço ATM Thunder, que em 2025 totalizou 481 milhões de transações.

ANÁLISE FINANCEIRA

Tabela 1 - Demonstração de resultados individuais

	2025	2024	Var. Abs.	Var. %
Total de Ganhos operacionais	57.004	54.966	2.038	4%
Prestação de serviços <i>Acquiring</i>	56.701	54.960	1.741	3%
Outros rendimentos	303	6	297	n.a.
Total de Gastos operacionais	14.928	12.462	2.466	20%
Fornecimento e serviços externos	11.611	9.201	2.410	26%
Gastos com o pessoal	356	316	41	13%
Depreciações e amortizações	7	9	(2)	-21%
Imparidades	113	90	23	26%
Provisões	2.163	2.307	(144)	-6%
Outros gastos operacionais	677	538	139	26%
Resultado operacional	42.076	42.504	(428)	-1%
Resultados financeiros	(1.597)	(233)	(1.364)	n.a.
Resultados antes de impostos	40.479	42.271	(1.792)	-4%
Imposto sobre o rendimento	(11.414)	(12.983)	1.569	n.a.
Resultado líquido do exercício	29.065	29.288	(223)	-1%

Em milhares de Euros

Os ganhos operacionais atingiram cerca de 57,0 milhões de Euros, superiores em 4% comparativamente ao período homólogo.

Os gastos operacionais da SIBS Pagamentos totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cerca de 14,9 milhões de Euros, originando um acréscimo de 20% face a 2024.

O montante registado em gastos operacionais resulta, essencialmente, das seguintes rubricas:

- Infraestrutura tecnológica - Serviço prestado pela SIBS FPS e inclui, essencialmente, o custo com a utilização da infraestrutura tecnológica de suporte à atividade da Sociedade;
- Provisões – O reforço registado em 2025 visa cobrir riscos de atividade que poderão conduzir a exfluxos prováveis.

O resultado operacional da SIBS Pagamentos atingiu, em 31 de dezembro de 2025, cerca de 42,1 milhões de Euros, sendo o resultado líquido do exercício cerca de 29,1 milhões de Euros.

Demonstração da posição financeira

O ativo líquido apresenta um acréscimo de 80% face ao ano anterior, conforme detalhe da tabela abaixo apresentada:

Tabela 2 – Demonstração da posição financeira

	2025	2024	Var. Abs.	Δ%
Ativo	131.954	73.369	58.584	80%
Ativos não correntes	19	26	(7)	-28%
Clientes	497	313	184	59%
Outros ativos correntes	131.437	73.030	58.406	80%
Capital Próprio	43.724	43.947	(223)	-1%
Capital social e reservas	14.659	14.659	-	0%
Resultado líquido	29.065	29.288	(223)	-1%
Passivo	88.229	29.422	58.807	200%
Provisões	13.468	11.479	1.988	17%
Outros passivos não correntes	11	17	(6)	-36%
Empréstimos obtidos	28.564	-	28.564	-
Fornecedores	3.776	2.173	1.603	74%
Outros passivos correntes	42.412	15.753	26.659	169%

Em milhares de Euros

O montante total do ativo líquido resulta, essencialmente, da rubrica de outros ativos correntes, que compreende montantes a receber dos *schemes* internacionais, decorrentes da prestação de serviços de *acquiring*, nomeadamente o montante dos levantamentos em CA MB de detentores de cartões internacionais, cujo valor ainda não foi reembolsado pelos respetivos *schemes* internacionais.

Disposições legais

Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social;

Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.



Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos da Empresa e da demais legislação aplicável, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no montante de 29.064.690 Euros, o qual já inclui 29.249 Euros afetos à distribuição de lucros pelos trabalhadores, seja aplicado da seguinte forma:

Tabela 3 - Proposta de aplicação de resultados

Distribuição de resultados	2025
Para dividendos	29.064.690
Total	29.064.690

Em Euros



PERSPETIVAS PARA 2026

As perspetivas económicas para 2026 continuam a caracterizar-se por um enquadramento desafiante, em que o crescimento global se mantém moderado, num contexto de incerteza elevada, tensões geopolíticas persistentes e maior fragmentação das relações económicas internacionais que condicionam a previsibilidade das políticas económicas e a dinâmica do comércio mundial. Segundo o Fórum Económico Mundial⁷, a confrontação geoeconómica constitui o maior risco global de 2026, acima de conflitos interestatais ou fenómenos climáticos, no entanto, existem sinais crescentes de adaptação das economias a este novo contexto.

Assim, as tensões geopolíticas vão continuar a influenciar a ordem mundial e a consistir num fator de risco ao crescimento económico e estabilidade dos preços. O conflito armado na Ucrânia continuará a ter implicações em 2026, especialmente na volatilidade dos preços, bem como no aumento dos gastos em defesa e segurança e redução da confiança dos consumidores. Contudo, as negociações diplomáticas de paz e garantias de segurança estão no horizonte, podendo constituir um fator suavizador quanto à evolução futura.

Por outro lado, com as elevadas tarifas da administração americana de Trump, sanções sobre as importações e a crescente tensão com a Venezuela, bem como a escalada de ataques no Médio Oriente, é indubitável que a economia mundial sofrerá uma reorganização, marcada por maior fragmentação e rivalidade no comércio global, afetando a atividade económica de diversos países.

Apesar do cenário de incerteza, e de acordo com o Fundo Monetário Internacional, a economia mundial deverá registar uma expansão ligeiramente acima de 3% ao ano, valor que, apesar de evidenciar resiliência, permanece aquém da média pré-pandemia, refletindo o impacto combinado da reorganização das cadeias de valor, do aumento do protecionismo, da menor dinâmica do comércio internacional e de condições financeiras ainda relativamente restritivas. Relativamente à inflação global, projeta-se que a mesma prossiga a trajetória de desaceleração gradual, aproximando-se de forma faseada dos objetivos de médio prazo dos bancos centrais, ainda que com uma marcada heterogeneidade entre economias avançadas e emergentes. Neste enquadramento, espera-se que a política monetária transite, de forma prudente e gradual, de uma postura marcadamente restritiva para um posicionamento mais neutro, com cortes de taxas de juro cuidadosamente calibrados para evitar uma reaceleração da inflação, preservando simultaneamente condições financeiras compatíveis com a estabilidade do sistema e com o financiamento da economia real.

Relativamente à Europa, em 2026, o crescimento económico prevê-se estável, no entanto, ainda aquém do potencial máximo, com a economia europeia ainda a

⁷ World Economic Forum, *Global Risks Report 2026: Geopolitical and Economic Risks Rise in New Age of Competition*

recuperar. Segundo os dados do FMI, é esperado que, em 2026, a taxa de crescimento do PIB da União Europeia se mantenha, com o valor estimado de 1,5%. Dado o panorama geopolítico, é expectável que existam alguns choques na procura e oferta, principalmente devido à contração e substituição das importações, dado o aumento das políticas protecionistas e à forte concorrência da China, esperando-se que o volume de comércio global sofra uma desaceleração no médio prazo. Por outro lado, no que respeita às taxas de juro, estas começaram a reduzir em 2024 e é esperado que esta tendência se mantenha em 2026, com os bancos centrais a implementarem políticas monetárias mais neutras, reduzindo o défice sem comprometerem a atividade económica. Paralelamente, a alta dívida pública acumulada desde 2020 permanece uma vulnerabilidade estrutural. Assim, vários países deverão avançar com uma orientação fiscal mais restritiva, centrada na consolidação orçamental e na sustentabilidade das contas públicas. Importa ressaltar que a incerteza quanto ao cenário geopolítico, a instabilidade a nível político sentida em alguns países considerados pilares da Europa, bem como a crescente polarização apresentam riscos para a previsibilidade das políticas económicas e, portanto, podem trazer consequências para a confiança dos agentes económicos, fazendo com que sejam mais cautelosos, diminuindo o consumo, adiando o investimento e aumentando os níveis de poupança. Assim, neste enquadramento, 2026 deverá caracterizar-se por um equilíbrio delicado entre a necessidade de consolidar a estabilidade macroeconómica e o desafio de preservar as condições para um crescimento sustentável, num ambiente global marcado por vulnerabilidades acumuladas.

Segundo a previsão elaborada pelo Banco de Portugal⁸, a atividade económica portuguesa deverá registar um aumento ligeiro no ritmo de crescimento, com a taxa de crescimento do PIB a atingir os 2,3% em 2026, ancorada pela redução das importações, com uma redução estimada de 2 p.p., e recuperação da formação bruta em capital fixo. Apesar de ser esperada uma ligeira redução na procura interna, este indicador apresenta ainda uma performance robusta (crescimento de 2,8% em 2026), sustentado por rendimentos familiares em alta e redução da taxa de poupança, que estava elevada. Deste modo, o crescimento da economia portuguesa apresentará um valor superior ao da Área Euro, que é apenas de 1,2%, situação também já ocorrida nos anos anteriores. Assumindo que o PRR será concluído no prazo estipulado, deverá ser mantido o nível de investimento elevado, continuando o trabalho conduzido em 2025, no entanto, o investimento pode perder dinamismo a médio prazo com o fim do PRR e consequentemente redução do investimento público. Já a taxa de desemprego deverá continuar estável, situando-se nos 6,3% em 2026. Os superávits orçamentais passados tendem a dissipar-se, dando lugar a um pequeno défice orçamental de -0,4% do PIB, uma vez que as medidas fiscais limitam os impostos diretos e, consequentemente a receita do Estado, que por sua vez, também tem aumentado as despesas, resultante do investimento nacional (incluindo defesa). As expectativas de inflação permanecem ancoradas, atingindo uma taxa de crescimento de 2,1%, em 2026, em linha com os objetivos da Área Euro, embora num contexto de maior incerteza, permanecendo vulneráveis a choques externos – em particular a uma nova escalada dos preços dos

⁸ Banco de Portugal, *Boletim Económico* — dezembro 2025

produtos energéticos associados aos conflitos no Médio Oriente – que poderão exigir respostas de política económica para evitar grandes desvios.

Na Polónia, prevê-se que a atividade económica mantenha o ritmo de crescimento com uma pequena desaceleração nos próximos anos, rondando os 3%. A contribuição do Consumo Privado deverá manter-se robusta, em cerca de 3%, embora mais ténue devido ao abrandamento do crescimento do rendimento disponível, e, por outro lado, do investimento, em 7,4%, que deverá aumentar significativamente, dada maior absorção de fundos da UE e devido a elevados investimentos em defesa, compensando o menor crescimento do consumo privado, segundo os dados da CE⁹. Prevê-se que a contribuição negativa das exportações líquidas diminua ainda mais, à medida que as exportações aumentam gradualmente. O défice governamental projeta-se que diminua para 6,3%, à medida que o governo implementa novas medidas discricionárias de aumento de receita para apoiar a consolidação orçamental, nomeadamente, a introdução de um sistema obrigatório de faturação eletrónica, denotando um investimento na digitalização.

Na Roménia, para 2026, está previsto um crescimento relativamente baixo da economia em 1,1%¹⁰, no entanto, com uma ligeira aceleração, impulsionada pela maturação dos investimentos financiados pelo Mecanismos de Recuperação e Resiliência e transição para uma maior utilização de fundos de coesão, apesar do fim formal do plano de recuperação. Adicionalmente, a moderação da inflação, o abrandamento da consolidação orçamental e uma política monetária mais acomodatória favorecem a retoma do consumo privado e do investimento, enquanto exportações líquidas resilientes reduzem o défice externo. Pese embora a persistência de riscos de execução fiscal, potenciais desvios orçamentais e volatilidade externa devido ao enquadramento geopolítico, no global, aponta-se para uma trajetória de estabilização, com potencial para recuperação sustentada e maior resiliência económica.

Além de uma conjuntura volátil, os desafios demográficos, as transições climática e energética, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias digitais são desafios incontornáveis e globais. Neste contexto, ganha relevo a necessidade de estratégias credíveis de consolidação orçamental de médio prazo, combinadas com reformas estruturais orientadas para o reforço da produtividade, da competitividade e da resiliência, de forma a sustentar o crescimento económico num ambiente internacional mais instável e menos previsível.

Ao nível da indústria dos pagamentos, o agravamento da incerteza global pode traduzir-se num abrandamento da economia e, consequente diminuição do consumo, que se reflete no volume transacionado. No entanto, se 2025 preparou o terreno, prevê-se que 2026 será o ano em que a inovação nos pagamentos se materializará de forma tangível na experiência de empresas e consumidores. Fluxos de pagamento mais rápidos, inteligentes e transparentes deixam de ser opcionais e passam a constituir requisitos

⁹ Comissão Europeia, *Economic forecast for Poland | Economy and Finance*

¹⁰ Comissão Europeia, *Economic forecast for Romania | Economy and Finance*

essenciais para a competitividade, a resiliência operacional e o crescimento económico – a inovação nos pagamentos não é apenas uma mudança tecnológica, é um imperativo estratégico. Deste modo, de seguida apresentam-se as perspetivas da SIBS Pagamentos para capitalizar estas tendências e consolidar a sua posição no mercado.



FUTURO SIBS PAGAMENTOS

A SIBS Pagamentos, com um forte posicionamento em Portugal e uma crescente expansão internacional, enfrenta um 2026 promissor, refletindo uma aceleração das tendências digitais e de transformação nos pagamentos.

No mercado português, espera-se que continue a ser um líder na infraestrutura de pagamentos, beneficiando da sua presença consolidada na rede de ATM e POS, bem como nas soluções de pagamento digitais. A empresa tem adotado a inovação como eixo central, com destaque para a digitalização e o crescimento de soluções como pagamentos instantâneos. A procura por uma experiência mais ágil e segura, especialmente após a pandemia, tem impulsionado a evolução do setor, com os consumidores a preferir cada vez mais pagamentos eletrónicos em detrimento do uso de numerário.

Além disso, a SIBS Pagamentos continuará a investir fortemente em segurança, com inovações em soluções de antifraude e autenticação de pagamentos. O avanço de tecnologias como a inteligência artificial na deteção de fraudes será crucial para garantir a confiança dos consumidores e das empresas nas transações digitais.



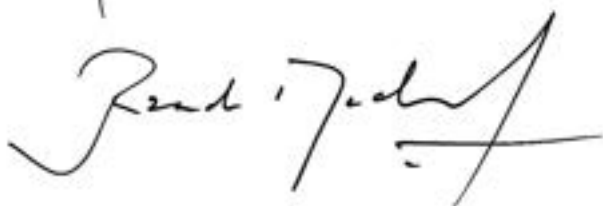
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização dos objetivos operacionais da Sociedade fica a dever-se à estreita colaboração com um conjunto diverso de entidades, pelo que o Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento:

- Aos Clientes e Acionistas da Sociedade pela confiança demonstrada no atual contexto económico;
- Aos colaboradores da SIBS Pagamentos, que, pela sua colaboração, lealdade e esforço, foram da maior importância no desenvolvimento da atividade e renovação da Sociedade;
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela sua cooperação, empenho e qualidade dos serviços prestados, que permite à Sociedade atingir os seus objetivos estratégicos;
- Aos Órgãos de Fiscalização, Supervisão e Autoridades Governamentais pelo nosso reconhecimento pelo atento acompanhamento da atividade da Sociedade; e,
- Às empresas do Grupo SIBS, pelo seu apoio constante através de críticas e sugestões de progressão no nível de serviço, e cujas necessidades se procura corresponder da melhor forma.

Lisboa, 21 de abril de 2026

O Conselho de Administração

Rui Nandan L.

Ass. Tereza Paula de S. L.

III. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações da Posição Financeira

Demonstrações dos Resultados e Outro
Rendimento Integral

Demonstrações das Alterações no
Capital Próprio

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

PM

PM

PM

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA

SIBS Pagamentos, S.A.

Alfrapark, Edifício E, Estrada de Alfragide, nº 67 - 2610-008 Amadora

Nº Único de Matrícula na CRCL e Pessoa Coletiva 509 776 965 Capital Social 1 400 000€

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em Euros

Posição financeira	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	3	740	1.790
Ativos por direito de uso	5	16.735	23.011
Ativos financeiros	6	1.606	1.606
Total ativo não corrente		19.081	26.407
Ativos correntes			
Clientes	7	496.711	312.554
Outras contas a receber	8	131.286.834	72.718.816
Outros ativos	9	149.963	311.562
Caixa e seus equivalentes	10	1.000	-
Total ativo corrente		131.934.508	73.342.932
Total do ativo		131.953.589	73.369.339
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	11	1.400.000	1.400.000
Prémios de emissão de ações	4	4	4
Reserva legal	11	1.400.001	1.400.001
Resultados transitados	11	11.859.478	11.859.478
Resultado líquido do exercício		29.064.690	29.287.935
Total do Capital Próprio		43.724.173	43.947.418
PASSIVO			
Passivos não correntes			
Provisões	12	13.467.519	11.479.278
Passivos por direito de uso	5	11.134	17.355
Total de passivos não correntes		13.478.653	11.496.633
Passivos correntes			
Empréstimos e descobertos bancários	10	28.563.617	-
Fornecedores	13	3.776.233	2.173.031
Estado e outros entes públicos	14	1.094.458	1.012.664
Outras contas a pagar	15	40.343.928	13.867.440
Passivos por direito de uso	5	6.680	6.508
Outros passivos	16	965.847	865.645
Total de passivos correntes		74.750.763	17.925.288
Total do Passivo		88.229.416	29.421.921
Total do capital próprio e do passivo		131.953.589	73.369.339

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

SIBS Pagamentos, S.A.

Alfrapark, Edifício E, Estrada de Alfragide, nº 67 - 2610-008 Amadora

Nº Único de Matrícula na CRCL e Pessoa Coletiva 509 776 965 Capital Social 1 400 000€

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em Euros

Demonstração dos resultados e outro rendimento integral	Notas	2025	2024
Prestações de serviços	17	56.701.195	54.959.722
Outros rendimentos	18	302.625	6.039
Total de rendimentos operacionais		57.003.820	54.965.761
Fornecimentos e serviços externos	19	(11.610.932)	(9.201.073)
Gastos com o pessoal	20	(356.381)	(315.837)
Depreciação e amortização de ativos [(gastos)/reversões]	3, 4 e 5	(7.326)	(9.328)
Imparidade de ativos não depreciáveis [(gastos)/reversões]	7	(113.102)	(89.980)
Provisões [(aumentos)/reversões]	12	(2.163.241)	(2.307.164)
Outros gastos	21	(676.900)	(538.349)
Total de gastos operacionais		(14.927.882)	(12.461.731)
Resultado operacional		42.075.938	42.504.030
Juros e rendimentos similares obtidos	22	936.127	423.021
Juros e gastos similares suportados	22	(2.532.965)	(655.780)
Resultado antes de impostos		40.479.100	42.271.271
Impostos sobre o rendimento do exercício	23	(11.414.410)	(12.983.336)
Resultado líquido do exercício		29.064.690	29.287.935
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio		-	-
Rendimento integral do exercício		29.064.690	29.287.935
Resultado líquido por ação	11	103,80	104,60

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

SIBS Pagamentos, S.A.

Alfrapark, Edifício E, Estrada de Alfragide, n.º 67 - 2610-008 Amadora

N.º Único de Matrícula na CRCL e Pessoa Coletiva 509 776 965 Capital Social 1 400 000€

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em Euros

Demonstração das alterações no Capital Próprio	Notas	Capital	Prémio de emissão de ações	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.400.000	4	1.400.001	11.859.478	29.485.907	44.145.390
Aplicação de resultados do							
- Distribuição de dividendos	11	-	-	-	-	(29.485.907)	(29.485.907)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	29.287.935	29.287.935
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.400.000	4	1.400.001	11.859.478	29.287.935	43.947.418
Aplicação de resultados do							
- Distribuição de dividendos	11	-	-	-	-	(29.287.935)	(29.287.935)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	29.064.690	29.064.690
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.400.000	4	1.400.001	11.859.478	29.064.690	43.724.173

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

S.B.
J.
RML
Jm
A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SIBS Pagamentos, S.A.

Alfrapark, Edifício E, Estrada de Alfragide, nº 67 - 2610-008 Amadora

Nº Único de Matrícula na CRCL e Pessoa Coletiva 509 776 965 Capital Social 1 400 000€

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em Euros

Demonstração dos fluxos de caixa	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		56.700.917	54.877.877
Pagamentos a fornecedores		(9.852.700)	(8.711.265)
Pagamentos ao pessoal		(293.048)	(232.987)
Fluxos gerados pelas operações		46.555.169	45.933.625
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(12.454.326)	(13.619.138)
Outros (pagamentos) /recebimentos relativos à atividade operacional		(10.990.168)	30.096.364
Fluxos das atividades operacionais [1]		23.110.675	62.410.851
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos a empresas do grupo		-	(33.481.188)
		-	(33.481.188)
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos a empresas do grupo		5.263.326	-
Juros e rendimentos similares	22	922.045	414.811
		6.185.371	414.811
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		6.185.371	(33.066.377)
Atividades de financiamento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Direitos de uso	5	(7.111)	(7.111)
Dividendos	11	(29.287.935)	(29.485.907)
		(29.295.046)	(29.493.018)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(29.295.046)	(29.493.018)
Variação de caixa e seus equivalentes		1.000	(148.544)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10	-	148.544
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10	1.000	-

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. Nota Introdutória

A SIBS Pagamentos, S.A. ("Sociedade" ou "SIBS Pagamentos") é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 2011, com o objetivo principal de prestar serviços de think-tank para os sistemas de pagamento em Portugal e *acquiring* em CA MULTIBANCO, TPA e outras plataformas, tendo iniciado a sua atividade no exercício de 2011.

Esta Sociedade foi constituída no âmbito do projeto de *unbundling* corporativo e funcional ocorrido no Grupo SIBS, decorrente de necessidades que surgiram no quadro regulatório da SEPA (*Single Euro Payments Area*) e do Eurosistema, que resultaram na separação de algumas atividades de negócio que estavam concentradas na SIBS SGPS, S.A., para outras empresas do Grupo, tendo a SIBS Pagamentos sido constituída para concentrar a atividade de *acquiring*.

Conforme referido na Nota 11, a Sociedade é detida pela SIBS SGPS, S.A., pelo que as suas operações são influenciadas pelas decisões do Grupo onde se insere.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais saldos e transações mantidos com entidades do Grupo SIBS são apresentados na Nota 25.

2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras anexas, apresentadas em Euros por esta ser a moeda funcional da Sociedade, foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou *International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* e *Standing Interpretation Committee* (SIC), de ora em diante o conjunto daquelas normas será designado genericamente por "IFRS" tal como adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606 / 2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

No cumprimento da IAS 1, a SIBS Pagamentos declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem as disposições das IAS/IFRS tal como adotadas pela União Europeia.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, entendemos que, tendo por base as informações disponíveis na presente data, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, mantém-se apropriado. O Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição (incluindo os gastos diretamente imputáveis à compra), deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em gastos do exercício.

A depreciação destes ativos é calculada pelo método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, sendo registada numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, estimada em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

- | | |
|------------------------------|------------|
| • Equipamento básico | 4 a 8 anos |
| • Equipamento administrativo | 4 a 8 anos |



b) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

c) Locações

A Sociedade avalia se um contrato contém ou não um ativo por direito de uso no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo por direito de uso e o correspondente passivo por direito de uso em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto locações de curto prazo (prazo de 12 meses ou inferior) e locações de baixo valor (como computadores pessoais ou mobiliário de escritório). Para esses contratos, a Sociedade reconhece os gastos de locação numa base linear como um gasto operacional.

O passivo por direito de uso é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de cada locação, descontados com base na taxa de juro implícita da locação. Se essa taxa de juro implícita não for imediatamente determinável, a Sociedade utiliza sua taxa de juro incremental.

Os pagamentos da locação incluídos na mensuração do passivo por direito de uso incluem:

- Pagamentos fixos em substância da locação, líquidos de quaisquer incentivos associados à locação;
- Pagamentos variáveis com base em índices ou taxas;
- Expectativa de pagamentos relativos a garantias de valor residual; e
- Penalidades de cláusulas de término ou renovações unilateralmente exercíveis se for razoavelmente certo que a Sociedade venha a exercer a opção de terminar ou renovar o prazo da locação.

O passivo por direito de uso é mensurado subsequentemente, aumentando por conta do juro especializado (reconhecido na demonstração dos resultados), reduzindo pelos pagamentos de locação efetuados. O seu valor contabilístico é remensurado para refletir um eventual *reassessment*, quando exista uma modificação ou revisão dos pagamentos fixos em substância.

O passivo por direito de uso é remensurado, sendo efetuado o correspondente ajuste no ativo por direito de uso, relacionado, sempre que:

- Ocorram eventos ou alterações significativas que estejam sob o controle do locatário, no prazo da locação ou no direito de exercício da opção de compra em resultado de um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias. Nesse caso, o passivo por direito de uso é remensurado tendo por base os pagamentos atuais da locação, utilizando uma nova taxa de desconto;
- Os pagamentos da locação sejam modificados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido, caso em que a responsabilidade do locatário é remensurada, descontando o novo passivo de locação utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos da locação seja devida a uma alteração com base numa taxa de juro flutuante, caso em que é usada uma nova taxa de desconto); e
- Um contrato de locação seja modificado e a modificação da locação não seja contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo por direito de uso é remensurado com base no prazo modificado da locação, descontando os novos pagamentos utilizando uma taxa de desconto apurada na data efetiva da modificação.

Os ativos por direito de uso correspondem à mensuração inicial do passivo por direito de uso correspondente, acrescida de pagamentos de locação antes ou na data de início da locação e acrescida dos gastos diretos iniciais eventuais e deduzidos de eventuais montantes recebidos. Os ativos por direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de depreciações e imparidades acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente.

Nos casos em que um arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ou o preço do direito de uso refletir que a Sociedade espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início do contrato de locação.

A Sociedade aplica a IAS 36 na determinação do valor recuperável do ativo subjacente, sempre que necessário.

As parcelas de renda variável que não dependam de um índice ou de uma taxa não são incluídas na mensuração do passivo e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como um gasto operacional, na demonstração dos resultados, no exercício a que dizem respeito.

A IFRS 16, através de um expediente prático, permite que, por classe de ativo, o locatário não separe os componentes de locação dos que não são de locação que possam estar previstos no mesmo contrato e, alternativamente, considere os mesmos como um componente único do contrato. A Sociedade utiliza o referido expediente prático nos

contratos de locação de viaturas. Para contratos que contêm um componente de locação e um ou mais componentes que não sejam de locação, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de locação com base no preço independente de cada componente e no preço independente agregado dos componentes da não locação.

d) Especialização de exercícios

A SIBS Pagamentos regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos".

e) Imposto sobre o rendimento

A SIBS Pagamentos encontra-se sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no Estatuto dos Benefícios Fiscais e demais legislação complementar.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor em Portugal, correspondendo a uma taxa de 20% acrescida de derrama de 1,5%. A derrama estadual é aplicável de acordo com os seguintes escalões de lucro tributável: (i) entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros aplica-se a taxa de 3%; (ii) entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros aplica-se a taxa de 5% e (iii) à parte do lucro tributável superior a 35.000.000 Euros aplica-se a taxa de 9%.

A SIBS Pagamentos e as restantes empresas do Grupo SIBS são tributadas em sede de IRC ao abrigo do regime especial de tributação de grupos de sociedades, de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a atual SIBS SGPS que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das seguintes empresas subsidiárias: SIBS Pagamentos, SIBS FPS, SIBS Processos, SIBS Gest, SIBS Cartões, SIBS International, Processos CB, SIBS MB, Multicert e Metacase. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à SIBS Pagamentos é registado na demonstração de posição financeira como um valor a receber ou a pagar à SIBS SGPS. O imposto correspondente à atividade da Sociedade é refletido na demonstração dos resultados.

O total dos impostos sobre o rendimento registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros exercícios.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor da demonstração da posição financeira dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de prejuízos fiscais. Na data de relato, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data da demonstração da posição financeira.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, geralmente vencíveis a menos de três meses, ou que possam ser imediatamente realizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, são incluídos no saldo de "Caixa e seus equivalentes" a totalidade das rubricas "Depósitos bancários" e "Caixa".

Os dividendos pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento dado tratarem-se de um custo de obtenção de recursos financeiros.

g) Clientes, outras contas a receber e outros ativos

As contas a receber e outros ativos são reconhecidos ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva ou ao seu valor nominal que se entende corresponder ao custo amortizado, na medida em que se espere o seu recebimento no curto prazo e que este não difere materialmente do seu justo valor à data da contratação, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (*"expected credit losses"*) daqueles ativos financeiros. O montante de perdas esperadas é atualizado em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo

instrumento financeiro. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

A Sociedade reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros ativos ("*lifetime*"). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando um cálculo de imparidade baseado na experiência histórica de perdas por imparidade da Sociedade, afetada por fatores específicos dos devedores, pelas condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspetivadas à data de reporte financeiro, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para os restantes instrumentos financeiros onde não é adotada a abordagem simplificada referida, a Sociedade reconhece imparidades esperadas *lifetime* quando existe um aumento significativo do respetivo risco de crédito após o reconhecimento inicial. Contudo, e nomeadamente no que respeita a contas a receber de partes relacionadas, se não ocorrer qualquer aumento do risco de crédito do respetivo instrumento financeiro, a Sociedade mensura a perda por imparidade daquele instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses ("*12 months expected credit losses*").

As perdas esperadas *lifetime* representam as perdas por imparidade que resultam de todos os eventos de *default* possíveis na vida esperada do instrumento financeiro. Em contraste, as perdas esperadas *12-months* representam a parte das perdas *lifetime* que são esperadas resultar de eventos de *default* no instrumento financeiro e que são consideradas possíveis de ocorrer doze meses após a data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das expected credit losses

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real da Sociedade a esse *default*.

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme anteriormente descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Sociedade em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Se a Sociedade mensurou uma perda por imparidade para um instrumento financeiro por um montante equivalente às perdas por imparidade *lifetime* no período de reporte anterior, mas determina no período de reporte atual que as condições para essa mensuração pelo período de vida do instrumento já não são aplicáveis, a Sociedade

mensura as perdas por imparidade por um valor equivalente aos 12-months, exceto para ativos para os quais a abordagem simplificada foi utilizada.

A Sociedade reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico.

h) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor de transação. Subsequentemente, as contas a pagar são valorizadas ao custo amortizado.

i) Imparidade

Ativos fixos tangíveis e ativos por direito de uso

A SIBS Pagamentos efetua análises de imparidade dos seus ativos sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a SIBS Pagamentos procede ao cálculo do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. O valor recuperável corresponde ao maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso corresponde aos fluxos de caixa futuros do ativo, atualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados do exercício.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação ou amortização), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração dos resultados.

j) Eventos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se significativos.

k) Rédito

A IFRS 15 aplica-se a todo o rédito que resulta de contratos com clientes, exceto para os contratos abrangidos por outras normas. A norma estabelece um modelo de cinco passos para o reconhecimento de rédito resultante de contratos celebrados com clientes. O rédito é reconhecido nas demonstrações dos resultados quando ocorre a transferência de controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado e é reconhecido pelo valor que a Sociedade espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no exercício a que dizem respeito.

A Sociedade considerou os seguintes aspetos relevantes:

- Na maioria das vendas de bens e prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente ou no momento da realização do serviço.
- Uma obrigação de desempenho corresponde a uma promessa de entregar bens ou serviços aos clientes e que sejam distintas entre si;
- Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, a Sociedade difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo o rédito reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira;
- O rédito diferido relativo às obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro é apresentado no balanço na rubrica "Outros passivos", sendo depois detalhado numa linha autónoma no anexo às demonstrações financeiras;
e



- Relativamente ao negócio de *acquiring*, a Sociedade reconhece pelo montante líquido o rédito associado aos serviços de *acquiring* e os respetivos encargos diretos, considerando como rédito apenas a sua margem sobre aqueles custos.

Juros

O rédito proveniente do uso de ativos da Sociedade que produzam juros é reconhecido quando: (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para Sociedade; (ii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.

l) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data da demonstração da posição financeira.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respetiva divulgação em conformidade com os requisitos da IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico de recursos.

m) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas que afetam os montantes de ativos e passivos registados, bem como os rendimentos e gastos reconhecidos no decurso de cada exercício. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são:

- Estimativa de remunerações a liquidar;
- Estimativa de imposto do exercício;
- Provisões para outros riscos e encargos.

n) Entidades relacionadas

Na identificação de entidades relacionadas, a Sociedade considera como parte relacionada os detentores do seu capital que controlam, tem influência significativa, bem como entidades que detenham mais de 10% do capital. Adicionalmente, considera como parte relacionada as entidades definidas na IAS 24.

o) Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

p) Alterações de políticas contabilísticas e estimativas

A Sociedade em 2024, procedeu a uma alteração relativamente à forma de apresentação do rédito associado à sua atividade de *merchant acquiring*. Até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rédito era reconhecido pelo montante bruto, refletindo como rédito o valor total faturado aos clientes pela prestação dos serviços de *acquiring* e reconhecendo como custo os montantes diretamente associados a esta prestação de serviços e partilhados com os bancos emissores dos cartões utilizados na prestação dos serviços e com os sistemas de pagamentos. A partir de 1 de janeiro de 2024, a Sociedade passou a reconhecer o rédito pelo montante líquido, considerando como rédito apenas a sua margem sobre aqueles custos.

A revisão da forma de apresentação do rédito associado à prestação de serviços de *merchant acquiring* resulta da crescente materialidade desta área de negócio na atividade da Sociedade, que se estima continue a crescer no futuro, e, consequentemente, da reavaliação do papel efetivo da Sociedade no contexto das transações financeiras que assegura, à luz dos seus contratos com comerciantes e em conformidade com os critérios estabelecidos pelo IFRS 15 para a distinção entre agente e principal. Em resultado desta análise, concluiu-se que a Sociedade atua predominantemente na qualidade de agente, uma vez que não detém controlo sobre os fundos transferidos e tem um papel apenas intermediário no processamento dos pagamentos entre comerciantes e instituições financeiras.

Com a nova forma de apresentação, a receita com a atividade de *merchant acquiring* é reconhecida líquida dos encargos com os bancos emissores dos cartões e com os sistemas de pagamento, uma vez que a Sociedade não fornece um serviço relacionado à integração dos serviços realizados pelo banco emissor, nem é responsável pela execução desses serviços. Assim, aqueles encargos são transferidos para o comerciante e não são considerados parte da contraprestação à qual a Sociedade tem direito em troca do serviço que presta ao comerciante.

Assim, a apresentação do rédito pelo montante líquido assegura uma representação mais fiel da substância económica das operações e está alinhada com as práticas de relato financeiro predominantes no setor. A Sociedade acredita que esta apresentação reflete de forma mais adequada a realidade da operação.

- q) Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas, conforme adotadas pela União Europeia

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contábilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Norma / Interpretação

Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – *Lack of exchangeability*

Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Data efetiva: 01 janeiro 2025

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas contábilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios econômicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação

Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.

Data efetiva: 01-janeiro 2026

Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza

Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui *guidance* e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.

Data efetiva: 01-janeiro 2026

Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)

Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

Data efetiva: 01-janeiro 2026

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Esta norma substitui a norma IAS 1, inclui requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras para as entidades que reportam de acordo com IFRS.

Data efetiva: 01-janeiro 2027

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pela Sociedade em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.

Data efetiva: 01-janeiro 2027

Emendas à IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Emenda publicada em agosto de 2025 inclui alterações às divulgações requeridas pela norma IFRS 19 devido a alterações posteriores a outras normas IFRS que não existiam ainda à data de publicação da IFRS 19.

Data efetiva: 01-janeiro 2027

Emenda à IAS 21 – Efeito de alterações em taxas de câmbio – conversão para moeda de apresentação de economia hiperinflacionária

Esta emenda publicada em novembro de 2025 clarifica que quando seja necessário converter demonstrações financeiras com uma moeda funcional de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária sejam convertidos todos os ativos, passivos, rubricas de capital, proveitos e custos à taxa de câmbio de fecho do reporte (incluindo comparativos).

Data efetiva: 01-janeiro 2027

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

Handwritten signatures and initials in blue ink. There are three distinct signatures at the top and one large, stylized signature at the bottom right.

3. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis em 2025	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Valores brutos			
Saldo inicial	13.349	1.990	15.339
Saldo final	13.349	1.990	15.339
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	11.559	1.990	13.549
Depreciações do exercício	1.050	-	1.050
Saldo final	12.609	1.990	14.599
Ativos fixos tangíveis líquidos	740	-	740

Ativos fixos tangíveis em 2024	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Valores brutos			
Saldo inicial	13.349	1.990	15.339
Saldo final	13.349	1.990	15.339
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	10.240	1.990	12.230
Depreciações do exercício	1.319	-	1.319
Saldo final	11.559	1.990	13.549
Ativos fixos tangíveis líquidos	1.790	-	1.790

SA.









4. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respectivas amortizações acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Despesas de desenvolvimento	
	2025	2024
Valores brutos		
Saldo inicial	52.000	52.000
Saldo final	52.000	52.000
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial	52.000	50.267
Amortizações do exercício	-	1.733
Saldo final	52.000	52.000
Ativos intangíveis líquidos	-	-

5. Ativos e passivos por direito de uso

Estes ativos correspondem a locações com equipamentos informáticos e viaturas que se encontram ao serviço da Sociedade.

O movimento ocorrido nos ativos por direito de uso e respectivas depreciações acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

Ativos por direito de uso	2025	2024
Valores brutos		
Saldo inicial	31.379	31.379
Saldo final	31.379	31.379
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial	8.368	2.092
Depreciações do exercício	6.276	6.276
Saldo final	14.644	8.368
Ativos por direito de uso	16.735	23.011

Os movimentos ocorridos nos passivos por direito de uso da Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	2024	Fluxos de caixa de financiamento	Outros	2025	Passivo corrente	Passivo não corrente
Passivos por direito de uso	23.863	(7.111)	1.062	17.814	6.680	11.134

	2023	Fluxos de caixa de financiamento	Outros	2024	Passivo corrente	Passivo não corrente
Passivos por direito de uso	29.602	(7.111)	1.372	23.863	6.508	17.355

Em 31 de dezembro de 2025 a maturidade das amortizações vincendas de contratos de locação vencem-se como segue:

	2026	2027	2028
Maturidade das amortizações vincendas	6.680	6.680	4.454

6. Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica corresponde ao valor do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no montante de 1.606 Euros.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025			2024		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Clientes c/c	701.925	(233.086)	468.839	368.602	(119.984)	248.618
Empresas do Grupo (Nota 25)	27.872	-	27.872	63.936	-	63.936
	729.797	(233.086)	496.711	432.538	(119.984)	312.554

O movimento ocorrido nas imparidades de clientes da Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	119.984	30.004
Reforços	113.102	89.980
Saldo final	233.086	119.984

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a antiguidade dos saldos a receber na rubrica "Clientes" pode ser apresentada como se segue:

	2025	2024
Até 6 meses	472.811	218.132
Mais 6 meses	256.986	214.406
	729.797	432.538

8. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Saldos de compensação	95.199.427	31.467.594
Grupo SIBS (Nota 25)	36.074.581	41.205.131
Outros	12.826	46.091
	131.286.834	72.718.816

A rubrica "Saldos de compensação" inclui, essencialmente, montantes a receber dos *schemes* internacionais no curso normal das atividades da Sociedade, decorrentes da prestação de serviços de *acquiring* (Nota 17), nomeadamente o montante dos levantamentos em CA MB de detentores de cartões internacionais, cujo valor ainda não foi reembolsado pelos respetivos *schemes* internacionais. Estes valores foram recebidos subsequentemente a 31 de dezembro de 2025. Os pagamentos e recebimentos desta rubrica são relevados da Demonstração de Fluxos de Caixa na rubrica "Outros (pagamentos) /recebimentos relativos à atividade operacional". A variação verificada deve-se, essencialmente, ao negócio do ATM Express na Polónia ter iniciado no final de 2024, não tendo tido impacto significativo nesse mesmo ano.

A Sociedade mantém depósitos bancários cativos para a atividade de *acquiring*. Do saldo total de compensação em 31 de dezembro de 2025, 45.7869.651 Euros encontram-se depositados nos bancos Millennium BCP (45.590.016 Euros) e Caixa Geral de Depósitos (199.724 Euros) (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica "Grupo SIBS", compreende o valor das disponibilidades da SIBS Pagamentos que foram transferidas durante o exercício para a SIBS SGPS, na sequência do sistema centralizado de tesouraria no Grupo, gerido pela SIBS SGPS.

9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Outros ativos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Grupo SIBS (Nota 25)	118.082	232.683
	<u>118.082</u>	<u>232.683</u>
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	4.436	53.116
Outros	27.445	25.763
	<u>31.881</u>	<u>78.879</u>
	149.963	311.562

10. Caixa e depósitos bancários e empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025
Depósitos à ordem	1.000
	1.000
Descobertos bancários	28.563.617
	28.564.617

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos à ordem eram imediatamente mobilizáveis.

O Grupo SIBS dispõe de um sistema centralizado de gestão de tesouraria, sob responsabilidade da SIBS SGPS, contratualizado com as suas participadas, o que levou à concentração, naquela, dos saldos de tesouraria de cada empresa do grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, rubrica "Descobertos bancários", inclui um descoberto autorizado numa instituição bancária para suporte operacional do negócio ATM Express Polónia, sendo utilizado para o carregamento de numerário nos respetivos terminais ATM. Este movimento não está refletido na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, dado que não existiu um fluxo financeiro para o Grupo, devido à natureza do mesmo.

O montante de disponibilidades transferido para a SIBS SGPS ou recebido desta última, ao abrigo do contrato acima referido, encontra-se registado na rubrica "Outras contas a receber" ou "Outras contas a pagar" (Notas 8 e 15).

11. Capital Próprio

Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Sociedade está representado por 280.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Nestas datas, o capital da Sociedade é integralmente detido pela SIBS SGPS, S.A., sendo as suas contas consolidadas pelo método de integração global ao nível das demonstrações financeiras desta Sociedade.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do lucro líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, exceto em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais, deduzidos dos dividendos entretanto distribuídos aos seus acionistas.

Aplicação dos resultados

De acordo com a deliberação em Assembleia Geral, os resultados líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram integralmente aplicados em distribuição de dividendos.

Resultado líquido por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado líquido por ação é como se segue:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	29.064.690	29.287.935
Número médio de ações em circulação	280.000	280.000
Resultado líquido por ação	103,80	104,60



12. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões da Sociedade, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	2023	Reforços	Reversões	2024	Reforços	Utilizações	2025
Provisões para outros riscos e encargos	9.172.114	2.569.460	(262.296)	11.479.278	2.163.241	(175.000)	13.467.519

A provisão para outros riscos e encargos respeita a riscos decorrentes da atividade da Sociedade que, com base na opinião dos seus consultores legais, foram graduados como prováveis. O aumento registado no exercício respeita a cobrir riscos referentes a situações em aberto que podem conduzir a exfluxos prováveis decorrente de situações análogas em exercícios anteriores.

Assim, é entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que as provisões constituídas, são adequadas e suficientes para fazer face aos dispêndios a incorrer.

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores - conta corrente	647.885	534.985
Fornecedores - empresas do Grupo (Nota 25)	3.128.348	1.638.046
	3.776.233	2.173.031

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Estado e outros entes públicos - passivo		
IVA a liquidar	1.086.823	998.051
Contribuições para a Segurança Social	4.955	4.610
Retenções na fonte	2.680	10.003
	1.094.458	1.012.664



15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Empresas do Grupo - IRC a pagar (Nota 25)	11.414.338	12.454.254
Outros credores		
Saldos de compensação	28.779.484	1.324.294
Outros	150.106	88.892
	40.343.928	13.867.440

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica "Empresas do Grupo - IRC a pagar" corresponde ao valor de imposto a pagar pela Sociedade à SIBS SGPS, S.A. resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (Nota 2.e)).

O aumento verificado na rubrica "Saldos de compensação" refere-se, essencialmente, ao negócio do ATM Express na Polónia ter iniciado no final de 2024, não tendo tido impacto significativo nesse mesmo ano.

A diferença entre a estimativa de imposto e o montante de imposto já pago e a pagar / (recuperar) relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser resumida da seguinte forma:

	2025	2024
Estimativa de imposto do exercício		
Resultado do exercício (Notas 23)	11.414.383	12.454.344
Imposto já pago		
Retenções na fonte	(45)	(90)
IRC a pagar / (recuperar)	11.414.338	12.454.254

16. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	63.374	71.432
Gastos <i>Dynamic Currency Conversion</i>	501.786	501.786
Grupo SIBS (Nota 25)	118.754	90.482
Outros acréscimos de gastos	281.933	201.945
	965.847	865.645

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Gastos *Dynamic Currency Conversion*" correspondem a custos referentes a 2024, que serão faturados em 2026, de acordo com o respetivo contrato.

17. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as prestações de serviços têm a seguinte composição:

	2025	2024
Prestação de serviços		
· Rendimentos com serviços de <i>Acquiring</i>	95.822.074	92.145.108
· Encargos com serviços de <i>Acquiring</i>	(39.120.879)	(37.185.386)
	56.701.195	54.959.722

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Encargos com serviços de *Acquiring*" corresponde essencialmente às comissões pagas, aos bancos nacionais e aos sistemas de pagamentos internacionais, decorrentes da atividade de *acquiring* MB e não MB.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Prestação de serviços" inclui transações com entidades relacionadas nos montantes de 2.987 Euros e 4.435 Euros, respetivamente (Nota 25).

18. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros rendimentos têm a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos suplementares	302.625	6.039
	302.625	6.039

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Subcontratos	9.778.680	8.115.372
Trabalhos especializados	1.740.388	984.266
Manutenção	19.588	15.245
Outros	72.276	86.190
	11.610.932	9.201.073

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Subcontratos" corresponde essencialmente aos serviços de processamento de informação, prestados pela SIBS FPS, inclui, essencialmente, o custo com a utilização da infraestrutura tecnológica de suporte à atividade da Sociedade. O aumento desta rubrica deve-se, essencialmente, ao crescimento da atividade da Sociedade.

O aumento na rubrica de "Trabalhos especializados" e "Subcontratos" deve à necessidade de contratação deste tipo de serviços devido ao crescimento da atividade da Sociedade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" inclui transações com entidades relacionadas nos montantes de 11.023.092 Euros e 8.841.010 Euros, respetivamente (Nota 25).

20. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	225.915	190.053
Encargos sobre as remunerações	45.871	39.431
Cedência de pessoal	71.391	69.284
Formação	4.395	10.647
Outros gastos com o pessoal	8.809	6.422
	356.381	315.837

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número médio de colaboradores foi de 5.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Gastos com o pessoal" inclui transações com entidades relacionadas nos montantes de 71.981 Euros e 71.909 Euros, respetivamente (Nota 25).

21. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Impostos	668.998	510.360
Quotizações	88	6.500
Outros	7.814	21.489
	676.900	538.349

22. Resultados financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os resultados financeiros da Sociedade tem a seguinte composição:

	2025	2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos - Cash pooling (Nota 25)	919.012	414.811
Outros juros	3.033	-
Diferenças de câmbio favoráveis	14.082	8.210
	936.127	423.021
Juros e gastos similares suportados		
Comissões bancárias - negócio acquiring	753.786	230.196
Juros suportados	844.581	68.820
Juros locação	1.062	1.371
Diferenças de câmbio desfavoráveis	840.453	321.868
Outras comissões bancárias	93.083	33.525
	2.532.965	655.780
	(1.596.838)	(232.759)

As variações verificadas na rubrica dos resultados financeiros devem-se, essencialmente, à expansão na Polónia e Roménia, nomeadamente o negócio ATM Express.



23. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o gasto com impostos sobre o rendimento reconhecidos em resultados, podem ser resumidos como se segue:

	2025	2024
Impostos correntes (Nota 15)	11.414.383	12.454.344
Insuficiência de estimativa de imposto	27	528.992
	11.414.410	12.983.336

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser detalhada como segue:

Reconciliação da taxa de imposto	2025	2024
Resultado antes de impostos	40.479.100	42.271.271
Imposto apurado com base na taxa nominal	8.703.007	9.511.036
Derrama estadual	2.243.437	2.418.704
Provisões tributadas	465.097	519.112
Tributação autónoma	1.347	1.382
Insuficiência de estimativa de imposto	27	528.992
Outros	1.495	4.110
Imposto sobre o rendimento do exercício	11.414.410	12.983.336

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante registado na rubrica "Insuficiência de estimativa de imposto" refere-se, essencialmente, a valores não considerados no momento da estimativa de imposto, uma vez que à data não era possível a sua estimativa, e considerados no momento da submissão da declaração fiscal Modelo 22.

As autoridades fiscais têm a faculdade de rever a situação fiscal da SIBS Pagamentos durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

É entendimento do Conselho de Administração da SIBS Pagamentos, que não é previsível qualquer liquidação adicional significativa, relativamente aos exercícios de 2022 a 2025.

24. Divulgações relativas a gestão de riscos

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade

No decorrer da sua atividade a Sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros, sendo os principais o risco de crédito e o risco de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do ativo da SIBS Pagamentos em consequência do incumprimento de obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou coletivas em honrar os seus compromissos para com a Sociedade.

O risco de crédito é acompanhado numa base regular pela SIBS Pagamentos, permitindo uma identificação atempada das situações mais relevantes, que exigem uma avaliação e um acompanhamento mais cuidado. Quando são identificadas situações de incumprimento, os clientes são contactados diretamente e são realizadas diligências para que seja recuperado o valor em causa.

O risco de crédito na SIBS Pagamentos está mitigado pelo facto de grande parte da sua atividade ser efetuada com entidades que são também acionistas da Sociedade ou da SIBS SGPS, S.A. e que não apresentam históricos de incumprimento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz-se na possibilidade das fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfazerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, e a remuneração dos acionistas.

A SIBS Pagamentos procura fazer face a este risco mantendo uma gestão adequada dos fluxos de tesouraria, que advêm quase na totalidade das suas atividades operacionais.

O Grupo SIBS implementou um sistema centralizado de gestão de tesouraria, sob responsabilidade da SIBS SGPS, o que levou à concentração, nesta última, dos respetivos excedentes de tesouraria de cada empresa.

Adicionalmente, apresenta um bom relacionamento com diversos bancos.



Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, a exposição ao risco de taxa de juro não tem expressão. De referir que, a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em depósitos à ordem ou em aplicações financeiras de curto prazo.

Risco cambial

A Sociedade encontra-se exposta ao risco cambial decorrente das transações que efetua com alguns dos seus clientes internacionais e das suas operações fora de Portugal, nomeadamente Polónia e Roménia.

Justo valor

No apuramento do justo valor de ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2025, a SIBS Pagamentos considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor da demonstração da posição financeira constitui uma boa aproximação do justo valor.

25. Entidades relacionadas

a) Identificação das entidades relacionadas

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que a SIBS Pagamentos ou a SIBS SGPS exercem, direta ou indiretamente, o controlo ou influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional - Empresas do Grupo e Fundo de Pensões - e as entidades que exercem influência significativa sob a gestão da Sociedade - Acionistas e Membros do Conselho de Administração da SIBS Pagamentos ou da SIBS, SGPS, S.A..

Three handwritten signatures in black ink. The top signature is a stylized 'S' followed by a horizontal line. The middle signature is a cursive 'J' followed by a horizontal line. The bottom signature is a cursive 'R' followed by a horizontal line.

b) Detalhe dos saldos e transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos com entidades relacionadas da SIBS Pagamentos podem ser resumidos da seguinte forma:

Saldos com entidades relacionadas em 2025	Clientes	Outras contas a receber	Outros ativos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Outros passivos
	(Nota 7)	(Nota 8)	(Nota 9)	(Nota 13)	(Nota 15)	(Nota 16)
Empresas do Grupo						
SIBS SGPS	27.109	35.941.805	118.082	478.790	11.414.338	-
SIBS FPS	763	132.776	-	2.013.138	-	49.754
SIBS Romania	-	-	-	183.223	-	65.000
Paytel	-	-	-	194.181	-	-
SIBS International	-	-	-	184.443	-	4.000
SIBS MB	-	-	-	42.723	-	-
SIBS Gest	-	-	-	22.837	-	-
SIBS Processos	-	-	-	6.016	-	-
Multicert	-	-	-	2.992	-	-
SIBS Cartões	-	-	-	5	-	-
	27.872	36.074.581	118.082	3.128.348	11.414.338	118.754

Acionistas participação > 10%

Millennium BCP	-	45.590.016	-	-	-	-
Caixa Geral Depósitos	-	199.724	-	-	-	-
	-	45.789.740	-	-	-	-

Saldos com entidades relacionadas em 2024	Clientes	Outras contas a receber	Outros ativos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Outros passivos
	(Nota 7)	(Nota 8)	(Nota 9)	(Nota 13)	(Nota 15)	(Nota 16)
Empresas do Grupo						
SIBS SGPS	43.477	41.205.131	50.603	504.475	12.454.254	-
SIBS FPS	20.459	-	182.080	885.536	-	8.482
SIBS Gest	-	-	-	17.785	-	-
SIBS MB	-	-	-	42.397	-	-
Multicert	-	-	-	181	-	-
SIBS Romania	-	-	-	130.625	-	82.000
SIBS Processos	-	-	-	57.047	-	-
	63.936	41.205.131	232.683	1.638.046	12.454.254	90.482

Acionistas participação > 10%

Millennium BCP	-	18.405.539	-	-	-	-
Caixa Geral Depósitos	-	199.635	-	-	-	-
	-	18.605.174	-	-	-	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações com entidades relacionadas da SIBS Pagamentos podem ser resumidas da seguinte forma:

Transações com entidades relacionadas em 2025	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Juros e gastos similares suportados	Prestações de serviços	Juros e rendimentos similares obtidos
	(Nota 19)	(Nota 20)	(Nota 22)	(Nota 17)	(Nota 22)
Empresas do Grupo					
SIBS FPS	8.898.632	71.981	-	958	-
SIBS International	1.215.146	-	-	-	-
SIBS SGPS	380.849	-	-	-	919.012
SIBS MB	244.365	-	-	-	-
SIBS Gest	223.214	-	-	-	-
SIBS Processos	54.973	-	-	-	-
Multicert	4.121	-	-	2.019	-
SIBS Cartões	1.792	-	-	10	-
	11.023.092	71.981	-	2.987	919.012

Transações com entidades relacionadas em 2024	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Juros e gastos similares suportados	Prestações de serviços	Juros e rendimentos similares obtidos
	(Nota 19)	(Nota 20)	(Nota 22)	(Nota 17)	(Nota 22)
Empresas do Grupo					
SIBS FPS	7.239.406	71.909	-	2.246	-
SIBS International	752.489	-	-	-	-
SIBS SGPS	342.650	-	64.843	-	414.811
SIBS MB	229.987	-	-	-	-
SIBS Gest	178.696	-	-	-	-
SIBS Processos	94.350	-	-	-	-
Multicert	3.397	-	-	2.176	-
SIBS Cartões	35	-	-	13	-
	8.841.010	71.909	64.843	4.435	414.811

Acionistas participação > 10%

Banco Comercial Português	-	-	3.854	-	-
Caixa Geral Depósitos	-	-	123	-	-
	-	-	3.977	-	-

Relativamente aos membros do Conselho de Administração, os mesmos não auferem qualquer remuneração suportada pela Sociedade pelo exercício de funções.

26. Ativos e responsabilidades contingentes

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Beneficiários	Tipo de Garantia	2025	2024
Autoridade Tributária e Aduaneira	Bancárias	6.942.209	2.296.910
Bank Millennium	Bancárias	500.000	-
CP - Comboios de Portugal	Bancárias	-	557.125
Outras	Bancárias	58.641	58.641
		7.500.850	2.912.676

27. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, não ocorreram eventos materialmente relevantes que possam afetar a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro da Sociedade e que, consequentemente, devam ser objeto de referência.

O Contabilista Certificado

Sandra Bernardo

Sandra Bernardo

O Conselho de Administração

Rafael de
Francisco
António L.

António de S.

IV. | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
SIBS Pagamentos, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que me foi confiado, venho submeter à Vossa apreciação o meu Relatório e Parecer, que abrange a atividade por mim desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SIBS Pagamentos, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhei, com a periodicidade e a extensão que considero adequadas, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das minhas funções, examinei a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, bem como o correspondente anexo. Adicionalmente, procedi à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2025, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Aprecei igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual dou a minha concordância.

Face ao exposto, sou de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejo ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o meu apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 3 de junho de 2026

Assinado por: **RITA ISABEL GUEDES DA SILVA
FRANCO**

Num. de identificação: 11079439

Data: 2026.06.03 14:29:45+01'00'

Rita Silva Franco

Fiscal Única da SIBS Pagamentos, S.A.

Revisora Oficial de Contas n.º 1831

Auditor registado na CMVM n.º 20190018

V. | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SIBS Pagamentos, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um ativo total de 131.953.589 Euros e um total de capital próprio de 43.724.173 Euros, incluindo um resultado líquido de 29.064.690 Euros), a demonstração dos resultados e outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SIBS Pagamentos, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



"Deloitte", "nós" e "nossa" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL, e cada firma-membro da DTTL, e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelas suas próprias atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelas atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informações, visite www.deloitte.com/global.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting (Technology & Transformation Advisory | Strategy, Risk & Transactions) e quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, e uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 182 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 480.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tip: Sociedade Anónima (S.A.) e Matricula na CRC: 961728311 | Capital social: 6 981 000,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

8

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividade

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de atividade foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 2 de junho de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva, ROC
Registo na OROC n.º 1462
Registo na CMVM n.º 20161072

VI. | RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

Resumo do Relatório de Autoavaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e controlo interno da SIBS Pagamentos, S.A.

O presente resumo é elaborado nos termos do artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, na redação introduzida pelo Aviso n.º 2/2025, e reflete as conclusões constantes do Relatório de Autoavaliação preparado pelo Conselho de Administração sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e controlo interno da SIBS Pagamentos, S.A.

O Relatório foi preparado com referência a 30 de setembro de 2025 e apresenta a avaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e controlo interno da Sociedade, incluindo a análise das práticas, políticas e mecanismos previstos no enquadramento regulamentar aplicável.

A avaliação efetuada permitiu concluir que:

- A SIBS Pagamentos dispõe de uma cultura organizacional sólida, assente em princípios de conduta, ética e gestão prudente do risco, evidenciando um alinhamento consistente com os valores e orientações definidos pelos órgãos de governo;
- Os sistemas de governo e de controlo interno revelam um grau de maturidade adequado, assegurando a identificação, avaliação e monitorização dos riscos relevantes, em conformidade com o princípio da proporcionalidade e com a natureza e complexidade da atividade desenvolvida;
- As deficiências identificadas no período de referência encontram-se devidamente enquadradas nos mecanismos de classificação e monitorização previstos no Aviso, dispondo de planos de ação definidos e sujeitos a acompanhamento regular pelas funções de controlo interno e pelos órgãos de governo;
- Verificou-se uma evolução positiva no reforço dos mecanismos de controlo, destacando-se a melhoria na tempestividade dos reportes financeiros e prudenciais, em linha com as expectativas do supervisor;
- As funções de controlo interno atuaram com níveis adequados de independência, qualidade técnica e capacidade de supervisão, não tendo sido identificados fatores que comprometam o seu desempenho, incluindo nos casos em que determinadas tarefas operacionais se encontram subcontratadas;
- Os processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, bem como os processos de preparação da informação divulgada ao público, demonstraram fiabilidade e consistência, não tendo sido identificadas situações que coloquem em causa a integridade ou a adequação da informação produzida.

Em síntese, o Conselho de Administração concluiu que, em 30 de setembro de 2025, a cultura organizacional da SIBS Pagamentos, S.A. e os seus sistemas de governo e de controlo interno são globalmente adequados e eficazes, cumprindo, nos aspetos materialmente relevantes, os requisitos regulamentares aplicáveis e evidenciando um compromisso contínuo com o reforço do ambiente de controlo interno.

Lisboa, 3 de junho de 2026



Rita Silva Franco

Fiscal Única da SIBS Pagamentos, S.A.

Revisora Oficial de Contas n.º 1831

Auditor registado na CMVM n.º 20190018

Relatório & Contas

SIBS Pagamentos

2025